

Sumário

PRESSUPOSTOS

Capítulo I ► LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO – LINDB	27
1. Noções introdutórias e funções da LINDB.....	27
2. Vigor normativo.....	28
2.1. Princípio da Continuidade ou Permanência	33
2.2. Repristinação.....	37
3. Obrigatoriedade das normas.....	39
4. Integração normativa	41
4.1. Analogia	43
4.2. Costumes	44
4.3. Princípios Gerais do Direito.....	46
5. Interpretação normativa	47
6. Aplicação da lei no tempo ou direito intertemporal	50
6.1. Direito adquirido	51
6.2. Coisa julgada	51
6.3. Ato Jurídico Perfeito	52
7. Eficácia da lei no espaço ou direito espacial.....	53
7.1. Estatuto Pessoal	54
7.2. Sucessão do Estrangeiro	56
7.3. Bens	58
7.4. Obrigações Internacionais	58
7.5. Pessoas Jurídicas Internacionais	58
7.6. Competência e Meios Probatórios.....	59
7.7. Sentenças estrangeiras, cartas rogatórias, divórcios e laudos periciais estrangeiros podem ser cumpridos no Brasil?.....	60
8. Interpretação pelos agentes públicos.....	62

PARTE GERAL

Capítulo I ▶ PESSOA FÍSICA, NATURAL OU DE EXISTÊNCIA VISÍVEL.....	69
1. Uma noção prévia: a personalidade jurídica.....	69
2. Pessoa física ou natural ou de existência visível: conceito.....	69
2.1. Aquisição da Personalidade Jurídica pela Pessoa Natural.....	72
2.2. O Nascituro.....	74
2.2.1. Hipóteses Legais de Tutela dos Direitos do Nascituro.....	76
2.3. Natimorto.....	78
2.4. Capacidade.....	79
2.4.1. Capacidade de direito.....	79
2.4.2. Capacidade de fato.....	81
2.4.3. Teoria das Incapacidades.....	82
2.4.3.1. Incapacidade absoluta.....	84
2.4.3.2. Incapacidade relativa.....	86
3. Emancipação.....	89
4. Extinção da pessoa física ou natural.....	92
4.1. Morte Real.....	93
4.2. Morte Presumida.....	94
4.2.1. Morte Presumida sem Declaração de Ausência.....	94
4.2.2. Com Procedimento de Ausência.....	94
4.3. Comoriência ou Morte Simultânea.....	98
 Capítulo II ▶ PESSOA JURÍDICA.....	 101
1. Conceito.....	101
2. Natureza da pessoa jurídica e aquisição da personalidade jurídica.....	103
3. O que são entes despersonalizados?.....	106
4. Princípio da separação ou independência ou autonomia.....	109
5. Desconsideração da personalidade jurídica da pessoa jurídica (“disregard doctrine” ou “disregard of legal entity”).....	110
5.1. Disciplina no Código Civil.....	112

5.2. Regras Específicas da Desconsideração nos Demais Ramos do Direito Brasileiro	118
5.3. Observações Finais sobre a Desconsideração	121
5.4. O Código de Processo Civil e a Desconsideração da Personalidade Jurídica da Pessoa Jurídica	124
6. Classificação da pessoa jurídica	127
6.1. Quanto à nacionalidade: Nacional ou Estrangeira	127
6.2. Quanto à Atividade Executada ou Funções	129
6.2.1. Pessoas Jurídicas de Direito Público	129
6.2.2. Pessoas Jurídicas de Direito Privado	131
6.2.2.1. Quanto à estrutura interna	132
6.2.2.1.1. Corporações (<i>universitas personarum</i>)	132
6.2.2.1.2. Fundações (<i>universitas bonorum</i>)	144
7. Extinção da pessoa jurídica	148
Capítulo III ► DIREITOS DA PERSONALIDADE	149
1. Introdução	149
2. Conceito	149
3. Características	154
3.1. Indisponíveis	155
3.2. Absolutos	156
3.3. Extrapatrimoniais	157
3.4. Inatos	157
3.5. Imprescritíveis	158
3.6. Vitalícios	159
4. Classificação	162
4.1. Pilar da Integridade Física	163
4.2. Integridade Psíquica ou Moral	184
4.2.1. Imagem	184
4.2.2. Vida Privada ou Privacidade	199
4.2.2.1. Proteção de Dados	203

4.2.3. Honra.....	208
4.2.4. Nome	208
4.3. Integridade Intelectual	213
5. Direito da personalidade da pessoa jurídica	213
Capítulo IV ► DOMICÍLIO	219
1. Introdução, natureza jurídica e visão no Código Civil de 2002.....	219
2. Domicílio da pessoa natural	222
2.1. O Conceito.....	222
2.1.1. Domicílio Pessoal	222
2.1.2. Domicílio Profissional da Pessoa Natural	224
2.1.3. Domicílio Aparente ou Ocasional	225
3. Domicílio da pessoa jurídica.....	225
3.1. O Domicílio da Pessoa Jurídica de Direito Privado	225
3.2. O Domicílio da Pessoa Jurídica de Direito Público	226
4. Classificação do domicílio	228
Capítulo V ► BENS JURÍDICOS	231
1. Introdução: bens, coisas, patrimônio e conceito	231
2. Classificação dos bens	234
2.1. Bens considerados em si mesmos.....	234
2.1.1. Imóveis.....	235
2.1.2. Móveis.....	237
2.1.3. Fungíveis e Infungíveis	239
2.1.4. Consumíveis e Inconsumíveis	240
2.1.5. Divisíveis e Indivisíveis	240
2.1.6. Singulares e Coletivos.....	241
2.2. Bens reciprocamente considerados	242
2.3. Bens públicos e particulares.....	247
Capítulo VI ► TEORIA DO FATO, ATO E NEGÓCIO JURÍDICO	255
1. Fato jurídico x fato material	255
1.1. Classificação dos fatos jurídicos	256

1.1.1. Fatos Naturais (ou Fato Jurídico em Sentido Estrito ou <i>stricto sensu</i>)	257
1.1.2. Fatos Humanos ou Ato Jurídico	258
2. Negócios jurídicos	263
2.1. Plano de Existência	264
2.2. Plano de Validade	265
2.2.1. Teoria das Invalidades ou das Nulidades	270
2.2.2. Princípio da Conservação dos Atos e Negócios Jurídicos	277
2.3. Plano de Eficácia.....	285
3. Classificação	294
3.1. Quanto à declaração de vontade	294
3.2. Quanto ao benefício alcançado.....	295
3.3. Quanto à duração do negócio.....	296
3.4. Quanto à forma	296
3.5. Quanto à causa	297
3.6. Quanto ao alcance dos efeitos do negócio	297
4. Representação no negócio jurídico	298
4.1. Representação direta e indireta.....	298
4.2. Representação convencional e legal	300
4.3. Anulação por conflito de interesses	302
5. Defeitos ou Vícios do Negócio Jurídico	303
5.1. Vícios de consentimento	304
5.2. Vícios Sociais.....	323
Capítulo VII ► PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....	337
1. Noções introdutórias.....	337
2. Prescrição: conceito e requisitos.....	339
2.1. Prescrição aquisitiva e extintiva	345
2.2. Normas gerais sobre a prescrição.....	347
2.3. Prazos prescricionais.....	353
2.4. Prescrição intercorrente.....	366

2.5. Causas impeditivas, suspensivas e interruptivas da prescrição	368
2.6. Lembretes finais sobre prescrição.....	378
2.7. Prescrição e institutos afins	380
3. Decadência (ou caducidade): conceito, objeto e efeitos	380
3.1. Importantes Observações Correlatas.....	384
4. Direito intertemporal	384
5. Diferenças entre Prescrição e Decadência	386
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	387

DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

Capítulo I ► INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES	399
1. Conceito e o processo obrigacional	399
2. Relações Patrimoniais	402
2.1. Zona de Confluência: Obrigações Propter Rem, Obrigações de Ônus Real e Obrigações de Eficácia Real	408
Capítulo II ► ESTRUTURA OU ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA OBRIGAÇÃO	415
1. Estrutura ou Elementos Constitutivos da Obrigação	415
1.1. Elemento Subjetivo ou Pessoal da Obrigação: Sujeitos da Relação Obrigacional.....	415
1.2. Elemento Objetivo ou Material da Obrigação: A Prestação	418
1.3. Elemento Imaterial, Virtual ou Espiritual da Obrigação: Vínculo Jurídico	419
Capítulo III ► CLASSIFICAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES	425
1. Nota Introdutória	425
2. Classificação das Obrigações Consideradas em si Mesmo: Obrigações Morais, Cívicas e Naturais	425
3. Classificação Quanto ao Objeto. Também Chamada de Classificação Básica das Obrigações.....	428
3.1. Obrigação de Dar (<i>Obligatio Ad Dandum</i>).....	428
3.1.1. Obrigação de Dar Coisa Certa.....	429
3.1.2. Obrigação de Dar Dinheiro (Pecuniária).....	434

3.1.3. Obrigação de Dar Coisa Incerta ou Genérica.....	435
3.2. Obrigação de Fazer (<i>Obligatio Ad Faciendum</i>).....	436
3.3. Obrigação de Não Fazer (<i>Obligatio Ad Non Faciendum</i>)	442
4. Classificação Quanto à Presença dos Elementos Obrigacionais.....	445
4.1. Obrigações Compostas pela Multiplicidade de Objetos	445
4.2. Obrigações Compostas Pela Multiplicidade de Sujeitos	448
5. Classificação Quanto à Divisibilidade do Objeto.....	456
6. Classificação Quanto ao Fim: Obrigações de Meio, Resultado e Garantia	458
7. Classificação Quanto à Liquidez.....	461
8. Classificação quanto à Presença do Elemento Acidental.....	463
9. Classificação quanto à Dependência	464
10. Classificação quanto ao Momento de Cumprimento	465

Capítulo IV ► DO ADIMPLEMENTO E DA EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES (TEORIA DO PAGAMENTO DIRETO) 467

1. Nota Introdutória: Natureza Jurídica e Requisitos de Validade do Pagamento	467
2. Elementos Subjetivos do Adimplemento	470
2.1. Quem Deve Pagar (<i>solvens</i>)?.....	470
2.2. A Quem Pagar (<i>accipiens</i>)?.....	473
3. Elementos Objetivos do Pagamento	476
3.1. Do Objeto do Pagamento.....	477
3.2. Da Prova do Pagamento	482
3.3. Do Lugar do Pagamento	484
3.4. Do Tempo do Pagamento	486

Capítulo V ► AINDA SOBRE O ADIMPLEMENTO E A EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES (TEORIA DO PAGAMENTO INDIRETO) 489

1. Nota Introdutória	489
2. Consignação em Pagamento	490
2.1. Quando é possível o uso da Consignação em Pagamento?	491
2.2. Procedimento da Consignatória.....	495

2.2.1. Consignação Extrajudicial ou Bancária	495
2.2.2. Consignação Judicial em Pagamento	496
3. Imputação em Pagamento	498
4. Pagamento com Sub-rogação.....	501
5. Dação em Pagamento	505
6. Novação.....	508
6.1. Novação Objetiva ou Real	511
6.2. Novação Subjetiva ou Pessoal (Ativa, Passiva ou Mista).....	511
6.3. Novação Mista	513
7. Compensação	513
8. Confusão.....	517
9. Remissão	518
Capítulo VI ► A CRISE DAS OBRIGAÇÕES: TEORIA DO INADIMPLEMTO	523
1. A Crise Obrigacional e a Dignidade da Pessoa Humana.....	523
1.1. A Superação da Prisão Civil e a Súmula Vinculante 25.....	524
1.2. Inadimplemento Absoluto x Inadimplemento Relativo.....	528
1.2.1. A Teoria da Substantial Performance e a Resolução por Inadimplemento.....	529
3. Mora	532
3.1. Mora do Devedor (<i>solvendi</i>)	533
3.2. Mora do Credor (<i>accipiendi</i>)	533
3.3. Constituição em Mora	534
3.4. Purgação (emenda) da Mora	537
3.5. Violação Positiva do Contrato (adimplemento ruim ou insatisfatório).....	538
4. Juros	540
4.1. Juros de Mora.....	541
4.2. Juros Compensatórios	542
5. Cláusula Penal (multa contratual ou pena convencional).....	547
6. Arras ou Sinal	555

Capítulo VII ► TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES	561
1. Introdução	561
2. Cessão de Crédito	562
3. Assunção de Dívida ou Cessão de Débito	570
4. Cessão de Posição Contratual.....	576

RESPONSABILIDADE CIVIL

Capítulo I ► INTRODUÇÃO À RESPONSABILIDADE CIVIL	583
1. Introdução	583
2. A Natureza Jurídica	585
3. Função	585
4. Fundamentos	586
5. A Culpa	587
6. Conceitos Básicos	588
6.1. Responsabilidade Jurídica e Responsabilidade Moral	588
6.2. A Responsabilidade Jurídica: Responsabilidade Civil e Penal	588
6.3. Responsabilidade Contratual e Extracontratual	592
6.4. Responsabilidade Civil Subjetiva e Objetiva	592
6.5. Responsabilidade Civil por Ato Lícito e Ilícito	593
Capítulo II ► ELEMENTOS GERAIS DA RESPONSABILIDADE CIVIL.....	599
1. Introdução	599
2. Conduta Humana	600
3. Dano ou Prejuízo	602
3.1. Requisitos Configuradores do Dano	605
3.2. O Dano Patrimonial ou Material	605
3.3. A Perda de uma Chance	610
3.4. O Dano Extrapatrimonial ou Imaterial.....	614
3.5. Dano Estético	624
3.6. Dano Reflexo, Oblíquo ou Ricochete	624
3.7. Danos Coletivos, Difusos e Interesses Individuais Homogêneos.....	625

3.8. Responsabilidade Civil Pela Perda do Tempo Livre ou Desvio Produtivo de Consumo.....	626
4. Nexo de Causalidade	631
4.1. Teoria da Equivalência das Condições ou do Histórico dos Antecedentes ou da <i>Conditio Sine Qua Non</i>	632
4.2. Teoria da Causalidade Adequada	632
4.3. Teoria da Causalidade Direta ou Imediata	622
4.4. Qual a Teoria Adotada pelo Código Civil?	634
4.5. Concausas ou Concausalidade ou Causalidade Múltipla ou Causalidade Comum	636
Capítulo III ► EXCLUDENTES DE RESPONSABILIDADE CIVIL	639
1. Conceito e Objeto de Estudo	639
2. Estado de Necessidade.....	640
3. Legítima Defesa	643
4. Exercício Regular de Direito.....	645
5. Caso Fortuito e Força Maior.....	648
6. Culpa Exclusiva ou Fato Exclusivo da Vítima.....	652
7. Fato de Terceiro	654
8. Cláusula de Não Indenizar	658
Capítulo IV ► RESPONSABILIDADE CIVIL SUBJETIVA E OBJETIVA	663
1. Responsabilidade Civil Subjetiva	663
1.1. O Dolo e a Culpa.....	664
1.1.1. Modalidades de Culpa.....	665
1.2. As Hipóteses de Responsabilidade Civil Subjetiva no Código.....	668
1.2.1. Incapaz.....	668
1.2.2. Credor de Dívida Não Vencida ou Já Paga (Cobrança Indevida).....	670
1.2.3. Homicídio e Incapacidade Laboral	672
1.2.4. Ofensa à Saúde	674
1.2.5. Usurpação ou Esbulho	678
1.2.6. Injúria, Difamação ou Calúnia.....	679
1.2.7. Ofensa à Liberdade Pessoal	682

2. Responsabilidade Civil Objetiva.....	684
2.1. O Advento da Teoria do Risco na Atual Codificação.....	686
2.2. Hipóteses de Responsabilidade Civil Objetiva no Código.....	686
2.2.1. A Responsabilidade Civil dos Empresários e das Empresas	687
2.2.2. A Responsabilidade Civil por Ato de Terceiro	689
2.2.3. A Responsabilidade Civil por Fato do Animal e por Fato da Coisa.....	696
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	701